

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3.497 - PT
(2019/0298103-8)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : S D M
REQUERENTE : S C P M M
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE ARRUDA - SP170910
REQUERIDO : OS MESMOS

DESPACHO

Intimem-se os requerentes para que, em 30 dias, providenciem a chancela da autoridade consular brasileira ou apostila (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016), na sentença estrangeira de divórcio.

No mesmo prazo, esclareçam se pretendem estender os efeitos da homologação aos acordos de exercício das responsabilidades parentais e de casa de morada da família referidos na sentença homologanda. Em caso afirmativo, deverão juntar aos autos o original dos aludidos documentos, acompanhados de chancela consular da autoridade brasileira ou apostila.

Decorrido o prazo sem resposta, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente